

OS ERROS NO ENSINO DE ECONOMIA

Ubiratan Jorge Iorio

Se folhearmos qualquer *journal* de Economia do final do século XIX ou do início do século XX - como, por exemplo, o tradicional e sempre importante *Journal of Political Economy*, editado pela Universidade de Chicago -, nos depararemos com, praticamente, todas as páginas escritas em inglês, com um ou outro rodapé em que aparecem gráficos ou equações matemáticas. Já se tomarmos os números escritos nos últimos anos do mesmo *JPE*, o que nos chamará a atenção é que em quase todas as páginas predominam modelos matemáticos e econométricos, com escassas frases em inglês, geralmente restritas às introduções e conclusões dos artigos. Em suma, a lógica verbal foi para os rodapés e a lógica matemática, que ali estava, subiu para as partes nobres das páginas... E o que ganhamos com isso, se é que se ganhou algo?

Por que essa tamanha mudança de atitude, que se processou nos últimos cem anos, por parte dos acadêmicos da ciência que muitos julgam ter sido fundada por Adam Smith - mas que, na verdade, remonta a São Tomás de Aquino, aos escolásticos e pós-escolásticos -, se os problemas tratados, tanto nos velhos e centenários volumes das revistas especializadas, quanto nos mais recentes são, rigorosamente, os mesmos, com poucas mudanças em sua essência? Com efeito, bem antes de qualquer *journal* de Economia ter sido criado, os economistas já se preocupavam com o estudo de questões, apenas para exemplificarmos algumas, como a da determinação dos valores e dos preços dos bens e serviços, da taxa de juros, da taxa de câmbio e dos salários, dos efeitos das

variações nos estoques e nos fluxos de moeda sobre os preços e a produção, com a inflação, com o desemprego e com o desenvolvimento das economias. Resumindo: valor, demanda, oferta e mercados!

A pergunta relevante é: será que o uso cada vez mais intenso e sofisticado de instrumentais matemáticos para estudar problemas econômicos contribuiu efetivamente para a sua solução? Nossa resposta a esta importantíssima indagação é peremptoriamente negativa! De fato, embora o uso da matemática, influenciado pelo ambiente positivista do final do século XX, que considerava “ciência” apenas os campos do conhecimento construídos através do método experimental característico das ciências exatas, além do posterior desenvolvimento da Estatística aplicada à Economia e a conseqüente criação e desenvolvimento da Econometria, bem como do extraordinário impulso, nos últimos trinta anos, que a Informática proporcionou aos novos especialistas, tenha contribuído e continue a contribuir para um aperfeiçoamento do conhecimento dito “técnico”, nada disso foi suficiente para que os problemas econômicos que citamos, fora dos ambientes acadêmicos, fossem pelo menos reduzidos a proporções toleráveis - e lembremo-nos de que esses problemas envolvem a vida de pessoas humanas, feitas à imagem e semelhança do Criador e que, portanto, é obrigação de todo economista contribuir para tentar resolvê-los.

Mesmo com todo o instrumental teórico hoje existente, que faz com que os artigos especializados e os livros mais avançados de Economia mais pareçam escritos em grego, pela simbologia herdada da Matemática, ainda existe inflação em alguns países, ainda há desemprego, ainda se contam milhões de pessoas vivendo na miséria, ainda há países que não conseguem se desenvolver, ainda persistem, enfim,

diversos dos problemas que preocupavam o genial autor da *Summa Teologica*, que viveu no século XIII.

O tema é fascinante e daria para escrever um volumoso livro a respeito, mas vamos, aqui, nos ater apenas a dois fatores - ao nosso ver, os mais importantes - que nos levam a responder negativamente à questão crucial sobre se o crescente recurso a modelagens matemáticas da Economia serviu para solucionar os problemas com que os antigos economistas sempre se preocuparam.

O primeiro - de uma obviedade ululante, como diria um falecido dramaturgo brasileiro! -, mas que apenas uns poucos economistas libertos dos antolhos vêem, é que a Economia não lida, como a Física, a Biologia, a Química, a Astronomia e outras ciências experimentais e naturais, com objetos, com esferas rolando em planos inclinados sem atrito, ou com asteróides triscando os céus, ou com reações entre elementos da natureza; ela lida com a infinidade de ações praticadas por seres humanos, bem como com os possíveis efeitos dessas ações, ao longo do tempo (ela é dinâmica) e sob condições de incerteza genuína (ela não é probabilística)! Há, em uma verdadeira ciência econômica, uma que se volte para a pessoa humana e para a sua dignidade, componentes fortes de caráter subjetivo, como emoções, preferências, vontade própria e, sobretudo, fortes determinantes de natureza ética e moral. Nunca é demais lembrarmos que os primeiros - e importantes - estudiosos da Economia foram grandes moralistas, como São Tomás e os escolásticos, como David Hume e como Adam Smith que, antes de escrever *A Riqueza das Nações*, em 1776, publicara um *Tratado Sobre os Sentimentos Morais*, até hoje considerado uma referência importante no assunto, como mostra José Oswaldo de Meira Penna em seu ótimo livro *Da Moral em Economia*.

Ao sofrer a influência do positivismo científico, a Economia passou como que a querer adquirir o *status* de “ciência exata”, como se tal metamorfose fosse possível. A verdadeira ciência econômica é aquela que sempre foi objeto de estudos dos economistas da chamada *Escola Austríaca*, desde o seu fundador, o médico Carl Menger, passando por Karl Wieser, Eugene von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich August Von Hayek e cujo legado vem sendo heroicamente mantido por uma minoria acadêmica em que pontificam Israel Kirzner, Mario Rizzo, Gerald O’Driscoll Jr e Roger Garrison, entre mais alguns gatos pingados. Ou como a antiga *Escola Sueca*, que desapareceu com a morte de seu principal economista, Knut Wicksell, em 1950. Ou, mesmo, como os antigos economistas clássicos, como David Hume, o próprio Adam Smith, o fenomenal (embora pouco estudado) Richard Cantillon, David Ricardo, John Stuart Mill e Alfred Marshall.

Marshall, com Carl Menger e Leon Walras - embora cada um dos três houvesse trabalhado sem conhecimento do que os outros dois faziam - no ano de 1871, encontraram a resposta à importante questão sobre o que determinaria o valor, formulada por São Tomás há sete séculos (e cuja resposta escapou a Adam Smith (que errou ao responder que seria apenas o trabalho), resultado que ficou conhecido como *Teoria da Utilidade Marginal*. Cada um dos três grandes economistas originou uma metodologia própria, endossada e aperfeiçoada por seus seguidores: de Marshall, originalmente um professor de Matemática, saiu a *microeconomia* e a *análise de equilíbrio parcial*, com um uso de gráficos e de equações inicialmente comedido, mas que foi, com o tempo, se sofisticando ; de Walras, a *Escola de Lausanne* e a *análise de equilíbrio geral*, desenvolvida pelo brilhante economista italiano

Valfrido Pareto e que sempre utilizou extensamente o instrumental matemático; e de Menger, como já dissemos, a *Escola Austríaca de Economia*, essencialmente subjetiva, tendente desde os primórdios para o método científico do falsificacionismo e de caráter personalista ou individual.

Alfred Marshall, o economista mais famoso nos últimos anos do século XIX e nos primeiros do século XX, foi professor, durante um semestre, em Londres, de John Maynard Keynes, um filósofo que se interessou por Economia, ciência que estudou regularmente apenas naqueles seis meses. Com Keynes, chegamos ao segundo fator que contribuiu para tornar a Economia, embora mais sofisticada, cada vez mais afastada de suas verdadeiras origens, embora incapaz de solucionar as grandes questões.

A perniciosa influência de Keynes - um sujeito extremamente inteligente, haja vista ter sido o economista mais famoso do século XX sem sequer ser graduado em Economia - pode ser desmembrada em quatro partes. A primeira é a revolução moral às avessas que, de forma preconcebida (como demonstra Paul Johnson em *Tempos Modernos*), introduziu, ao persuadir quase todos os seus colegas de que *poupar é ruim e gastar é bom*, convencimento que logrou com a introdução de um conceito copiado de um ex-aluno (Khan), o de *multiplicador de investimentos*. Se, até Keynes, a ética que predominava na Economia era a judaico-cristã, que sempre enalteceu o valor do trabalho duro e da poupança, Keynes, com a sua inteligência, capacidade persuasiva e ao lado de seus amigos do grupo de *Bloomsbury*, por ele fundado e que tinha como um de seus objetivos, no bojo da *crítica nietzschiana à moral*, subverter completamente os padrões éticos e morais até então vigentes, enfiou na cabeça de economistas influentes, de políticos e de

governantes que a filosofia correta não seria a da formiga, mas a da cigarra.

O segundo mal provocado por Keynes e pelo keynesianismo foi a pouca importância que se passou a dar à microeconomia, em favor da exaltação da macroeconomia, a nova “ciência dos agregados” inventada por ele em sua Teoria Geral, de 1936. Embora o mundo real seja e sempre tenha sido microeconômico e embora nenhum de nós seja louco a ponto de entrar em uma padaria ou açougue e pedir ao balconista um quilo de PIB, a macroeconomia passou a ocupar a maior parte do tempo de gerações seguidas de economistas, influenciados por lord Keynes.

O terceiro dano - quase irreversível, não fosse o Nobel de Economia concedido a Hayek em 1974, que gerou um benéfico *rissorgimento* de suas idéias, fortalecido pela determinação de Margareth Thatcher em aplicá-las - foi que, com a “vitória” - que foi, na verdade, como a de Pirro, coisa que pouquíssimos perceberam - de Keynes em seu famoso debate com Hayek, nos anos 30, facilitada pela fácil digestão política da proposta de Keynes no sentido de que os governos deveriam aumentar os gastos para combater a Grande Depressão, que teria sido causada por *instabilidade no investimento privado*, enquanto a proposta do autor de *O Caminho da Servidão* era politicamente indigerível, já que sustentava que os governos nada deveriam fazer diante daquele problema, porque ele teria sido provocado pelo próprio Estado que, nos anos 20, fizera a taxa real de juros ser mantida anos a fio abaixo de seu valor *natural*, sendo a recessão dos anos 30 mera consequência da euforia expansionista da década anterior. Como, sob o ponto de vista de um político, a sugestão de Keynes de que ele deveria aumentar os gastos públicos soava muito melhor do que a daquele austríaco, de sotaque ainda

carregado, levado para Londres, em 1931, pelo próprio Keynes, o resultado foi o surgimento de uma *nova economia* - a de Keynes - e, posteriormente, a de seus seguidores, com o conseqüente esquecimento, no mundo acadêmico, da até então prestigiada *Austrian Economics*. Quatro décadas depois, o mundo começou a dar razão a Hayek, por ocasião da *stagflation* que explodiu no mundo civilizado, após o primeiro *choque do petróleo*. Mas era tarde: já não se ensinavam mais nas universidades as teorias dos economistas *austriacos*, limitando-se os professores ou a repetir as diversas interpretações keynesianas sobre o que Keynes, realmente, teria desejado dizer nesse ou naquele capítulo ou parágrafo da *General Theory*, ou, quando um pouco mais simpáticos aos mercados livres, teorias monetaristas, mas com o aparato macroeconômico herdado de Keynes.

Por fim, o quarto dano resultou do incentivo, imanente às idéias de Keynes - embora ele estivesse longe de ser um socialista! -, a um intervencionismo crescente por parte dos governos, com o objetivo de levar as economias sempre ao *pleno emprego*, esse inalcançável nirvana que sempre povoou os sonhos de *keynesianos*, *pós-keynesianos*, *neokeynesianos* e *novos keynesianos*, mesmo que ao preço de maiores taxas de inflação e desemprego no longo prazo, de crescente politização de temas essencialmente econômicos, como preços, salários, juros, câmbio e moeda e de maiores possibilidade de corrupção, associada a um poder político crescente. Para esses discípulos de Keynes - os que erraram, os que insistiram e os que continuam persistindo no erro -, simplesmente, *no longo prazo, todos estaremos mortos...* Ao que podemos acrescentar, após a observação de tantas décadas de keynesianismo, em todos os países: "*Sim, vamos viver o curto prazo, curtir a vida, gastar, mesmo que causemos inflação e mesmo que provoquemos um substancial crescimento na*

dívida governamental; afinal, como, quando o problema de como pagar a dívida estourar, já estaremos mortos e, portanto, nossos filhos e netos é que terão que resolvê-los”... Por essa razão é o Prof. James Buchanan, laureado com o Nobel em 1986, observou, com bastante propriedade, que a dívida pública é algo profundamente imoral, pois transfere às gerações seguintes os ônus da irresponsabilidade da geração presente.

No início dos anos 90, houve nos Estados Unidos um intenso debate entre economistas, com vistas a tentar-se explicar porque a demanda pelos cursos de Economia havia caído fortemente, especialmente nos cursos de pós-graduação, cujas turmas passaram a contar, normalmente, com mais alunos estrangeiros do que com norte-americanos. A discussão envolveu tanto “keynesianos”, quanto “conservadores” e uma das conclusões foi que o abuso das técnicas matemáticas em uma ciência humana e social agia como um espantalho, a não ser para os poucos - dentre os que começam um curso de graduação - que aspiram a uma carreira acadêmica. Na medida em que avançavam em suas “técnicas”, os economistas afastavam-se do mundo real; cada vez mais *economics* e cada vez menos *economy*...

Na América Latina - e, obviamente, no Brasil -, o ensino de Economia, além de todos esses males a que nos referimos, sofre de um outro, maior, que ascende da própria alma subdesenvolvida que nos caracteriza, com tudo o que isto significa. Referimo-nos à forte influência de uma salada tropical em que, às idéias keynesianas intervencionistas, misturam-se elementos marxistas, ingredientes da antiga Cepal (de Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Barros de Castro, Carlos Lessa e outros menos conhecidos), tudo regado ao molho azedo de economistas ultra-heterodoxos, como o romeno Kalecki, a inglesa Joan Robinson e

Piero Sraffa - um italiano, estranhamente, um tanto preguiçoso, pois levou nada menos do que 40 anos para escrever o seu único livro, *A Produção de Mercadorias por Meio de Mercadorias*", que tem perto de ... 40 páginas.

Esse amálgama do que pode existir de pior em termos de defesa do intervencionismo econômico, que se apossara, no início dos anos 70, da Faculdade Economia da UFRJ , fundou, quase que na mesma época, o curso de Economia da Unicamp, universidade que sempre recebeu polpudos recursos dos governos do Estado de São Paulo. Hoje, em cada canto do Brasil onde existe um curso de Economia, em especial nas universidades públicas, há diversos professores dessas duas universidades, alguns menos radicais, outros mais, porém todos com a mesma característica, que é a rejeição à tese liberal de que o processo de mercado é superior ao processo político, em termos de solucionar os problemas econômicos e sociais. Em suma, as faculdades de Economia e os cursos de mestrado e doutorado em Economia, talvez com a exceção da EPGE, da Fundação Getulio Vargas - que carece, contudo, de uma visão humanista -, formam profissionais preparados basicamente, se forem trabalhar na iniciativa privada, para criticarem o mercado e, se forem para o governo, para intervirem no processo de mercado, pois são essencialmente treinados em engenharia social, ou em "formulação de políticas públicas". O custo disso tudo é alto: cinco congelamentos de preços, recursos que poderiam ser empregados mais eficientemente e, como podemos ver todos os dias nos jornais, propostas no sentido de que nossa economia precisa de "mudanças", algo que nem eles próprios sabem do que se trata.

Mas é com otimismo, com base na certeza de Mises de que basta um professor com as idéias certas, em um

departamento de uma universidade, para fazer com que os alunos percebam os erros dos demais, que fechamos este artigo. Há alguns anos, em algumas universidades, em palestras, cursos de curta duração e disciplinas semestrais eletivas sobre a Escola Austríaca, em que mostramos aos futuros economistas a metodologia, o pensamento, os pressupostos, a teoria e, sobretudo, a sua aplicabilidade ao mundo real, a afirmação de Mises vem se tornando, para nós, uma inquebrantável certeza. Um dia, no Brasil, com o reforço de novos colegas, haveremos de transformar em realidade palpável o ideal de formar verdadeiros economistas, não apenas com o domínio técnico correto, mas também com a indispensável visão humanista e a certeza de que, sem uma base moral sólida, a Economia - os atos econômicos - fica completamente descaracterizada do que deve ser, que é uma ciência com vistas ao bem comum e à dignidade da pessoa humana.

Ubiratan Iorio é Doutor em Economia (EPGE/FGV), Diretor Acadêmico do Instituto Ludwig von Mises Brasil e Professor Associado da Uerj